

LÍNGUA PORTUGUESA: POR QUE NÃO SE “APRENDE” PORTUGUÊS?

JESUS, Flávia Renata Santos de.

flavinharsj@yahoo.com.br

PEREIRA, Edvânia Rocha Santos.

edvaniap@ig.com.br

SILVA, Grasiela Portela da.

grasi_portela@yahoo.com.br

SANTOS, Clodoaldo Messias. (Orientador)

Graduado em Letras-Português/Inglês. Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa. Professor do Curso de Letras da Universidade Tiradentes – UNIT.

aldomessias@hotmail.com.br

RESUMO

A fim de entender questões acerca da dificuldade de aprendizagem dos alunos em relação ao ensino da língua materna, produziu-se este artigo cujo tema escolhido traz reflexões metodológicas através de textos feitos a partir de pesquisas bibliográficas e comentários críticos. O texto traz, inicialmente, uma introdução explorando a importância do uso da linguagem nas comunicações, enfatizando a Língua Portuguesa, bem como possíveis dificuldades surgidas nos processos lingüísticos de interação dos falantes. Depois, seguem-se comentários acerca da prática do ensino da Língua Portuguesa em sala de aula e os métodos utilizados para o desenvolvimento da mesma. Ao final, foram colocadas conclusões e reflexões realizadas em torno do tema em estudo. Nas considerações, todas as explicações anteriores foram reforçadas, apontando novos caminhos para futuros estudos. Espera-se que com a leitura deste, possam-se formular conclusões a respeito do tema exposto e impulsionar outras pesquisas sobre questões norteadoras nesta mesma linha de discussão.

PALAVRAS-CHAVE: língua, português, ensino, aprendizagem, uso.

LÍNGUA PORTUGUESA: PORQUE NÃO SE “APRENDE” PORTUGUÊS?

INTRODUÇÃO

O artigo em estudo tem como tema “Língua Portuguesa: Por que não se “aprende” Português?”.

O tema vai abordar, especificamente, a problemática que gira em torno da dificuldade em se aprender, didaticamente, o Português culto das gramáticas normativas, apontando também soluções que possam resolver as questões-problema levantadas.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos, complementados com citações, e as considerações finais, concluindo o mesmo.

Objetivando-se conhecer as dificuldades de ensino aprendizagem da Língua Portuguesa, listar os tipos de deficiências sofridas no que diz respeito à língua no seu aspecto escrito e falado, numerar passíveis problemas sofridos com relação às normas gramaticais e identificar os fatores que levam certa deficiência no estudo da disciplina Língua Portuguesa, incentivou-se buscar entender quais as causas e as possíveis soluções para amenizar o problema do fracasso no ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa e as conseqüências que ele traz consigo, decidiu-se aprofundar conhecimentos no que diz respeito a essa temática, de modo que se conseguisse alcançar os objetivos almejados e suprir a necessidade de obter cada vez mais e a todo instante informações no que diz respeito a Língua Portuguesa.

A partir da pesquisa Bibliográfica feita para conseguir dados do tema pesquisado, aumentando assim a gama de conhecimento intelectual, a execução do artigo ajudará a refletir na maneira de como usar a metodologia correta para o ensino da Língua Portuguesa, uma vez que, em se tratando de língua materna, os professores de Língua devem analisar como e para

quê deve-se ensinar e aprender uma língua na qual o sujeito do conhecimento já é um falante nativo da mesma.

Dessa maneira, todas as informações contidas neste trabalho poderão, futuramente, servir de embasamento teórico para aqueles que se sintam incomodados com esta mesma temática e busquem, com isso, aumentar seus conhecimentos sobre o assunto, realizando também outros trabalhos que tratem do mesmo tema.

Se os objetivos que são colocados no que se referem ao estudo da língua materna fossem bem mais esclarecidos, tanto nas escolas como na sociedade como um todo, por meio de conversas informais, o nível de aprendizagem do Português se elevaria cada vez mais. E ainda, se os educadores tentassem descobrir as causas que elevam o ensino da Língua Portuguesa ao fracasso e, desse modo, buscassem soluções possíveis para resolver tal problema, a gama de conhecimentos, tanto dos professores como dos alunos, seria bem maior, ajudando-os a entenderem melhor o nosso Português.

I - USO DA LINGUAGEM NO DIA-A-DIA

Não existe lei, comércio, religião, atividade alguma sem a linguagem humana. Entre todas as disciplinas escolares a mais importante é a língua materna, porque todos precisam da linguagem para expor seus assuntos.

O homem utiliza diversos sinais para se comunicar, adequados à situação comunicativa em que se encontra. A buzina do automóvel, a palavra de alguém que se dirige, o gesto de uma criança ou a placa de uma via de trânsito são exemplos de sinais ou meios através dos quais se transmitem alguma coisa - a mensagem. O conjunto de meios (visuais, auditivos, tácteis, etc.) de que dispomos para nos comunicar com os outros se chama linguagem (Gomes. et al, 1991, p.59).

Desde que uma criança entra na escola, ela começa a conhecer a Língua Portuguesa como uma disciplina assim como outras que deverão ser estudadas anos a fio, e não como uma língua na qual o aluno é um dos seus falantes nativos.

Existe uma escola eficientíssima, que nunca reprovou nenhum aluno durante os numerosos séculos de sua vida. Acolheu-os sem preparo nenhum, nus e crus de qualquer conhecimento, e despede-os examinados e aprovados, preparados para a batalha da sociedade. Oferece-nos um corpo docente desagregado, virtualmente analfabeto na sua maioria e falho no treino pedagógico, não responsável pelo bom rendimento do ensino. Contudo, o bom sucesso continua, sem podermos atribuí-lo nem ao professor, nem ao aluno. Resta-nos o convencimento de que a excelência dessa escola consiste no processo adotado, obedecendo de um lado a todos os requisitos de comunicação eficaz e de outro aos princípios de aprendizagem genética. O grande mérito desse processo de ensino repousa justamente na fusão completa dos dados da comunicação com os da aprendizagem genética, que atendem a um exercício docente agradável, a uma assimilação perfeita do aluno e ao mais amistoso relacionamento humano entre os participantes dessa empresa, levantada ao mesmo tempo por ambos os grupos, “professores” e “alunos”.

Essa escola é a nossa casa e esses professores são os nossos pais; a mãe, principalmente. Os alunos são todos esses bebês, que nascem pelo mundo inteiro, desprovidos de qualquer base para o estudo, mas não para a aprendizagem.

Cumpre-nos, portanto, descobrir os processos de que se vale cada mãe nos recantos mais afastados da Terra para levar os filhos à rápida e profunda aprendizagem da língua, alcançado grau extremo de automatismo e criatividade. É preciso destacar ainda que esses processos são universais, conseqüentemente herdados geneticamente, e se aplicam indistintos à aprendizagem de todos os conhecimentos comuns à casa e à família: podem ser introduzidos com finalidade no ensino de todas as disciplinas da escola regular.

E não se diga é impossível levar para a sala de aula o método e a técnica dessa aprendizagem caseira, por serem muito diversas as duas situações: a do lar e a da escola. Ninguém procura importar para a escola a situação da casa, mas apenas o processo da casa, ressalvadas as diferenças ambientais.

É curioso como as pessoas, no que diz respeito à língua, tendem aos pensamentos dicotômicos, do tipo “isso é certo”, “isso não pode”, “isso não é português”, “isso é português”. Por causa dessa rigidez de critérios é que muita gente acredita, sem nenhum perigo de razão, que os lingüistas querem abolir as regras padronizadas, que não é mais preciso corrigir os textos escritos dos alunos, que ninguém mais vai precisar se importar com ortografia, e outras idéias.

Ensinar Português é essencial desde as primeiras séries.

Talvez por não conhecer o verdadeiro objetivo de se estudar a sua língua comparada a outra estrangeira, se ele já é um falante nativo dessa língua, o sujeito quer saber o porquê de tanta gente, depois de estudar 11 anos na escola a disciplina Língua Portuguesa, não sabe ou não consegue aprendê-la de acordo com as regras da Gramática Tradicional.

... A gramática é um assunto que parece ter pouca utilidade prática. Ao contrário de outras matérias escolares, não ensina novas habilidades à criança, pois esta já conjuga e declina antes de entrar na escola. Já se chegou até mesmo a dizer que o ensino da gramática na escola poderia ser abolido. Podemos replicar que a nossa análise mostrou claramente que o estudo da gramática é de grande importância para o desenvolvimento mental da criança... Ela pode não adquirir novas formas gramaticais ou sintáticas na escola, mas graças ao aprendizado da gramática e da escrita, realmente torna-se consciente do que está fazendo e aprende a usar habilidades conscientemente... (VIGOTSKY, 1989 in MURRIE, 2002, p. 65).

O essencial era demonstrar que o ensino de Português, Comunicação e Expressão, o ensino da língua materna, deve seguir outra metodologia. É preciso renovar. É preciso

subordinar o nosso ensino aos ditos da Ciência da Comunicação. É o único meio de salvar o ensino de Português. É o único meio pelo qual os alunos aprenderão a Língua Portuguesa.

II - PRÁTICAS DE ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

É de se investigar se a principal causa da crise do ensino não é o fracasso na aprendizagem da Língua Portuguesa. Será que os alunos não vão bem em Matemática porque não sabem interpretar o problema? Será que o rendimento escolar vai mal porque não aprenderam a ler e entender, nem a expressar-se oralmente ou por escrito?

Os alunos chegam ao vestibular e até conseguem entrar em curso superior. Mas a queixa é generalizada: a prova de Português (Comunicação e Expressão) é um desastre. Mesmo os classificados com poucas exceções, não sabem Português: “não sabem ler, não sabem escrever, não sabem escutar, não sabem falar. Pior do que isto: detestam leitura, tem ódio de redação, não tem coragem nem capacidade de expor um assunto aos colegas em sala de aula.” (BACK, 1987, p.7).

Mas, será que diante da difícil dificuldade de aprendizagem da Língua Portuguesa e do fracasso do seu ensino, não surgiria o questionamento: “Para que se dão aulas de Português a falantes nativos do Português?”, “Qual ou quais são os objetivos?”, que partissem tanto de professores como de alunos, os quais mais sofrem com esse problema.

Fundamentalmente, pode-se dar a essas perguntas quatro respostas.

Na primeira resposta propõe-se que o ensino de língua materna se justifica prioritariamente pelo objetivo de desenvolver a competência comunicativa dos usuários da língua (falante, escritor / ouvinte, leitor), isto é, a capacidade do usuário de empregar

adequadamente a língua nas diversas situações de comunicação, a qual implica duas outras competências: a gramatical ou lingüística e a textual. A competência comunicativa é a capacidade de se comunicar de forma espontânea, numa situação de interação com um (alguns) interlocutor (es). A competência comunicativa ultrapassa a competência lingüística, pois é diferente conhecer formas verbais, vocabulário, estruturas gramaticais de uma língua ou usar essa mesma língua de forma adequada numa situação de comunicação.

O que é necessário para a consecução desse primeiro objetivo? Como propõem Fonseca a Fonseca (1977:24), “é preciso realizar a abertura da aula à pluralidade dos discursos, única forma, além disso, de realizar a tão falada abertura da escola à vida, integração da escola à comunidade”.

Na segunda resposta são englobados dois objetivos de ensino de Português, que são preocupação freqüente dos professores de Português:

- a) levar o aluno a dominar a norma culta ou a língua padrão;
- b) ensinar a variedade escrita da língua

Há vários motivos para ensinar seus alunos a escrever de forma correta seguindo as regras gramaticais. Além de estimular o aprendizado da língua oficial do país, isso vale desde as primeiras séries do Ensino Fundamental. Por isso, não se pode deixar as crianças acreditarem que vão aprender na hora certa o Português, e que este só aprende-se decorando regras.

Esses objetivos se justificam, uma vez que, quando o aluno vem para a escola, já domina pelo menos a norma coloquial de seu meio (incluída a questão das variedades regional e social da língua) em sua forma oral.

A terceira resposta diz que um dos objetivos do ensino de língua materna é levar o aluno ao conhecimento da instituição lingüística, da instituição social que a língua é, ao conhecimento de como ela está instituída e de como funciona (sua forma e função).

Este conhecimento diz respeito à competência lingüística que é o domínio do sistema de sons e de estruturas básicas de uma língua.

A quarta resposta propõe um objetivo que, sendo mais ligado a atividades metalingüísticas, ao ensino da teoria gramatical, não se aplica só ao ensino de língua materna. Propõe ensinar o aluno a pensar, a raciocinar. Ensinar o raciocínio, o modo de pensar científico. Esse é um objetivo que como diz Perini (1988:24), “estaria no campo do desenvolvimento das habilidades de observação e de argumentação acerca da linguagem”.

Partindo dessas respostas e fazendo um exame mais cuidadoso de como o estudo da Língua Portuguesa acontece, desde o Ensino Fundamental, pode-se revelar a persistência de uma prática pedagógica que, em muitos aspectos, ainda mantém a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizadas. Nesses limites, ficam reduzidos, naturalmente, os objetivos que uma compreensão mais relevante da linguagem poderia suscitar – uma linguagem que só funciona para que as pessoas possam interagir socialmente. Embora muitas ações institucionais já se tenham desenvolvido, no sentido de motivar e fundamentar uma reorientação dessa prática, as experiências de renovação, infelizmente, ainda não ultrapassam o domínio de iniciativas assistemáticas, eventuais e isoladas.

Entretanto, persiste o quadro nada animador do nosso insucesso escolar, que se manifesta de diversas maneiras. Manifesta-se súbita descoberta por parte do aluno, de que ele “não sabe português” e para outros alunos a dolosa experiência de repetência e da evasão escolar.

É evidente que causas externas à escola interferem, de forma decisiva, na determinação desse resultado. A escola, como qualquer outra instituição social, reflete as condições gerais de vida da comunicação em que está inserida. No entanto, é evidente também que fatores internos à própria escola condicionam a qualidade à relevância dos resultados alcançados. (ANTUNES, 2003, p.20).

É função inalienável da escola levar o aluno/criança a adquirir e praticar o dialeto padrão na modalidade culta e formal, não somente porque por ela será socialmente avaliada, mas porque por ela terá acesso à tradição cultural escrita. Por isso, convém que os alunos escrevam todos os dias, ainda que um número reduzido de linhas. E na aula não basta mandar que os alunos escrevam textos. É importante que, com frequência, os assuntos sejam apresentados primeiro oralmente, numa troca de impressões e num primeiro esforço de caracterização do assunto em causa. Segundo Antunes (2003), “o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido”.

As razões pelas quais não se aprende, ou se aprende, mas não se usa um dialeto padrão, são de outra ordem, e têm a ver em grande parte com os valores sociais dominantes e um pouco com estratégias escolares discutíveis. Dessa forma, não há razão alguma para não se ensinar o dialeto padrão na escola. O que não deve ocorrer, é ênfase à prescrição, tal qual é praticada pelas gramáticas escolares, até porque a tese de natureza político-cultural diz basicamente que é uma violência, ou uma injustiça, impor a um grupo social os valores de outro grupo.

Começemos pelo óbvio: se não para ensinar gramática, pelo menos para defender tal ensino, é preciso – ou parece decente que seja assim - saber o que é gramática. Acontece que a noção de gramática é controvertida: nem todos os que se dedicam ao estudo desse aspecto das línguas as definem da mesma maneira. (POSSENTI, 1997, p.63).

A aquisição e o desenvolvimento da linguagem não se dão em virtude de uma atividade isolada do sujeito, mas se dão, fundamentalmente, a partir da interação com o adulto. É na interação que a criança se exercita na atividade constitutiva da linguagem; nela aprende a jogar os jogos da linguagem e a interagir, com os participantes, enquanto interlocutores. É o que Hari e Possenti denominam “exposição aos dados”, vale dizer, produção e interpretação de textos para que a criança vá, aos poucos, percebendo e refletindo sobre o funcionamento da linguagem, ampliando os recursos expressivos, questionando e se posicionando sobre o que (como) em que situação usa uma e/ou outra forma de linguagem.

É urgente reverter o quadro de ensino de língua que temos: os alunos, por um lado considerando que “aprender Português é muito difícil”; por outro lado, as lamentações do professor: “Por que os alunos não aprendem, não transferem as informações para seus textos, apesar do meu esforço?”.

Para responder a essas questões o professor deveria, antes de tudo, atentar, observar com cuidado o que falam, o que escrevem os seus alunos para redimensionar seus objetivos e propor formas adequadas de atingi-los.

O mais importante é compreender que qualquer pessoa quando fala não faz isso sem “regras”. Ela pode estar violando uma “regra” da língua padrão, da língua de cultura, da gramática, mas não viola a “regra” da sua linguagem.

O trabalho do professor de Língua Portuguesa constitui-se em multiplicar, aumentar e acrescentar os recursos expressivos de que a criança não dispunha.

A escola deve dar chance à criança de amadurecer para tarefas cada vez mais complexas. Não simplesmente contemplando o que ocorre com ela, mas subsidiando-a, do processo de ensino-aprendizagem da língua padrão. Portanto, o objetivo para a escola e para o ensino de Língua Portuguesa, trata-se na verdade, de indicar, pela reflexão, como melhorar o

desempenho lingüístico dos escolarizados que, apesar das manifestações de intenção e de princípios, a escola não tem conseguido realizar de modo satisfatório.

Não se trata de recusar toda norma – nenhuma sociedade passa sem isso – mas sim de supervisionar a sua construção pela análise científica e compreender a atividade normativa, isto é, de modificá-la como um setor da prática social menos inocente do que parece. (REY, 1972:26)

Na verdade, esse aluno não gosta do modo como lhe é passado o conteúdo da matéria Português, quase sempre através de regras, exercícios descontextualizados de uma estrutura que ele só vê nos livros, nunca no seu dia-a-dia. Em geral, o aluno é levado a cumprir tarefas sem que se faça maior referência ao que tais tarefas podem acrescentar e ao que ele precisa saber para atender às exigências sociais da fala e da escrita adequadas.

A metodologia, o estudo da língua, segundo a concepção admitida aqui, seria centrada em atividades, em produções (não no sentido mecânico de fazer para “encher o tempo”). Tais atividades de produção teriam a função de promover (“não de treinar”) no aluno a prática da comunicação verbal fluente e o conteúdo dessas atividades, giraria em torno das habilidades de falar, ouvir, ler e escrever textos.

Em relação à gramática supõe um conjunto de regras, de normas que especificam o uso, o funcionamento da língua. Segundo Antunes (2003), saber, por exemplo, que o pronome pode ser usado para retomar uma referência feita anteriormente em um texto, é uma regra.

Com enormes dificuldades de leitura, o aluno se vê frustrado no seu esforço de estudar outras disciplinas e, quase sempre, “deixa” a escola com a quase inabalável certeza de que é incapaz, de que é linguisticamente deficiente, inferior, não podendo, portanto, tomar a palavra ou ter voz para fazer valer seus direitos, para participar ativa e criticamente daquilo que acontece à sua volta. Naturalmente, como tantos outros, vai ficar à margem do entendimento e das decisões de construção da sociedade. (ANTUNES, 2003, p.20).

III - NOVAS PERSPECTIVAS PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA MATERNA

É possível documentar, atualmente, uma série de ações que as instituições governamentais, em todos os níveis, têm empreendido a favor de uma escola mais formadora e eficiente. Tais ações, apesar de todos os seus limites acontecem tanto na área da formação e capacitação dos professores como na outra, não menos significativa das avaliações. Basta referir o trabalho que resultou na elaboração e divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que objetiva avaliar o desempenho escolar de alunos de todas as regiões do país.

Em relação aos PCNs, os conteúdos de Língua Portuguesa devem ser articulados em torno de dois eixos: o do uso da língua oral e escrita e o da reflexão acerca desses usos.

Com relação ao SAEB – a orientação não é diferente – contemplam explicitamente apenas um conjunto de habilidades e competências em compreensão e nada de definição ou classificações gramaticais. Todas essas competências são avaliadas em textos, de diferentes tipos, gêneros e funções.

Também vale referir o trabalho que é realizado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) pelo menos em relação a Língua Portuguesa, que tem oferecido ótimas pistas para a produção dos manuais de ensino.

Portanto, não falta ao professor o respaldo das instâncias superiores que assumiram o discurso de novas concepções teóricas, de onde podem emergir novos programas e novas práticas.

A complexidade do processo pedagógico impõe, na verdade, o cuidado em se prever e se avaliar, reiteradamente, concepções (o que é linguagem?, o que é língua?),

objetivos, (para que ensinamos?), procedimentos (como ensinamos?) e resultados (o que temos conseguido?), de forma que todas as ações se orientem para um ponto comum e relevante: conseguir ampliar as competências comunicativo-interacionais dos alunos.

O fato de assumir a discussão de como aproximar o estudo da língua desse ideal de “competências para a cidadania”, já representa um passo imensamente significativo – já é o começo da mudança, pois já concretiza a intenção dos professores de querer adotar uma atividade pedagógica realmente capaz de oferecer resultados mais positivos e gratificantes.

Sem perder de vista que muito empenho vem sendo demonstrado (e com alguns resultados evidentes e louváveis) no sentido de deixar a escola em condições de mais qualidade e maiores êxito, parece útil, ainda, começar por referir algumas constatações menos positivas, acerca de como acontece a atividade pedagógica de ensino do Português. Esta atividade deve fixar-se em quatro campos: o da oralidade, o da escrita, o da leitura e o da gramática,

O trabalho com a oralidade mostra uma equivocada visão da fala em que ela é vista como lugar privilegiado para a violação das regras da gramática. De acordo com essa visão, tudo o que é “erro” na língua acontece na fala e tudo é permitido, pois ela está acima das prescrições gramaticais; não se distinguem, portanto, as situações sociais mais formais de interação que vão, inevitavelmente, condicionar outros padrões de oralidades que não o coloquial.

Já o trabalho com a escrita, traz a prática de uma escrita artificial e inexpressiva, realizada em exercícios de criar listas de palavras soltas ou, ainda, de formar frases. Tais palavras e frases isoladas, desvinculadas de qualquer contexto comunicativo, são vazias do sentido e das intenções com que as pessoas dizem às coisas que têm a dizer. Além do mais, esses exercícios de formar frases soltas afastam os alunos daquilo que eles fazem

naturalmente, quando interagem com os outros , que é “construir peças inteiras”, ou seja, textos com unidade, com começo, meio e fim, para expressarem sentidos e intenções.

Em relação ao trabalho com a leitura, vê-se uma atividade de leitura cuja interpretação se limita a recuperar os elementos literais e explícitos presentes na superfície do texto. Quase sempre esses elementos privilegiam aspectos apenas pontuais do texto (alguma informação localizada num ponto qualquer), deixando de lado os elementos de fato relevantes para sua compreensão global (como seriam todos aqueles relativos à idéia central ao argumento principal defendido, à finalidade global do texto, ao reconhecimento do conflito que provocou o enredo da narrativa, entre outros).

Enfim, o trabalho com a gramática coloca-a como irrelevante com primazia em questões sem importância para a competência comunicativa dos falantes. A este propósito, valia a pena perguntar-se qual a competência comunicativa que há em distinguir um adjunto adnominal de um complemento nominal, ou ainda, em reconhecer as diferentes funções do *que* ou do *se* com as quais muito tempo de aula ainda é desperdiçado.

Deste modo, então e talvez, os alunos procurem ver o Português como um meio de comunicação e expressão com o próximo, através de textos e enunciados falados ou escritos, e um dia possam dizer: eu aperfeiçoei meus conhecimentos na língua materna a qual pertença, o Português. Para que isso venha acontecer gradativamente, os professores de Português devem fazer sua parte, buscando novas técnicas de ensino, que mostrem o objetivo do ensino de língua materna, estando este no seu domínio como instrumento de comunicação, instrumento de raciocínio, instrumento de integração social, instrumento de arte.

Um bom relacionamento entre professor e aluno é um dos fatores do desenvolvimento completo da criança e do jovem. O par de uma aquisição de conhecimentos é indispensável pra que o aluno realize a sua formação como pessoa. O professor, ao contribuir para esta formação, está a desempenhar o papel de educador.

Diz-se que o “brasileiro não sabe Português” e que “Português é muito difícil”. Estes são alguns dos mitos que compõem um preconceito muito presente na cultura brasileira: o lingüístico. Tudo por causa da confusão que se faz entre língua e gramática normativa (que não é a língua, mas só uma descrição parcial dela). (Revista Nova Escola, p.20, maio de 1999).

CONSIDERAÇÕES

Diante de todas as informações contidas no texto teórico, entende-se que o professor tem uma grande parcela de responsabilidade na questão do ensino-aprendizagem da disciplina Língua Portuguesa em sala de aula. Não se pode também dizer que toda a culpa do fracasso é dele. Até mesmo os alunos, os currículos apresentados nas escolas e o próprio sistema educacional do país, todos têm sua parcela de culpa dentro deste processo. Neste processo de aprendizagem, a língua deve ser vista como algo produzido socialmente. Isto quer dizer que a sua produção é fato cotidiano, localizado no tempo e no espaço da vida e da morte, do prazer e do sofrer. Numa sociedade, como a brasileira, que, por sua dinâmica econômica e política, divide e individualiza as pessoas, isola-as em grupos, distribui a miséria entre a maioria e concentra os privilégios nas mãos de poucos, a língua não poderia deixar de ser, entre outras coisas, também a expressão dessa mesma situação. Deve-se então, atentar-se para novos caminhos que impulsionem novos estudos. Podem-se tirar, também, conclusões bem visíveis alcançadas com base nos objetivos almejados e que estas podem servir de base para se pensar, a partir daí, em novos conceitos e métodos de ensinar e aprender a Língua Portuguesa nas escolas e na sociedade como um todo. Assim, obterão grandes sucessos na educação brasileira e o ensino da língua tornar-se-á bem mais prazeroso e a aprendizagem bem mais satisfatória.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Editorial, 2003. 181p.
- BACK, Eurico. **Fracasso do ensino de português: proposta de solução**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. 184p.
- CAMARGO, Paulo de. A compreensão não é apenas um saber abstrato, mas um saber em ação. **Pátio alegre**, São Paulo, 31, p.25, agosto/outubro, 2004.
- GOMES, Aldônio, et al. **Guia do professor de língua portuguesa**. v. 1. Lisboa: Fundação Colouste Gilbenkian, 1991.218p.
- GGONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Monografia da Universidade Tiradentes**. Aracaju: UNIT, 2003.
- LIMA, Elvira de Souza. **Alfabetização e igualdade**. Nova escola, São Paulo, 162, p. 14, outubro, 2003.
- MURRIE, Zuleika de Felice (org.); LOPES, Harry Vieira; LOUZADA, Maria Silvia Olivi; VIEIRA, Alice. **O ensino de português**. São Paulo: Contexto, 2002. 98p.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996. 95p.
- TRAVAGLIA, Luiz C. **Gramática e interação**. São Paulo: Cortez, 1996. 156p.